



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 6/2019

Sessão Ordinária de 30 de Abril de 2019

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na Sala de Reuniões do Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----**Lista de Presenças:**-----

24 Deputados Municipais do PS- Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de Vitor Cristiano da Piedade Ferreira), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Hugo Miguel Guerreiro Nunes), Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Abel Filipe dos Santos Matinhos), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente a Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Ana Francisca Vaz Pinto Palma de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Sousa (em substituição de Bárbara Miriam do Amaral Correia), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);-----

1 **Deputado Independente**- Fernando Domingos dos Santos;-----

1 **Deputado Municipal do CDS**- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 **Deputado Municipal do BE**- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vitor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Não esteve presente a senhora Vereadora Heloísa Madeira.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Abel Filipe dos Santos Matinhos, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Manuel Vitorino Correia Inácio.-----

A **Deputada Municipal do PSD**, Bárbara Miriam do Amaral Correia, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1- *Intervenção do Público*;-----
- 2- *Aprovação de Atas*;-----
- 3- *Informação sobre Expediente e Requerimentos*;-----
- 4- *Período de Antes da Ordem do Dia*;-----
- 5- *Moções*;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

6- *Período da Ordem do Dia;*-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;**-----

b)- **Proposta 23/2019- Deliberação relativa à Apreciação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação, e à Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2018, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar os documentos de Prestação de Contas e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 569-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

c)- **Proposta 21/2019- Informação sobre a Visita de uma Delegação da Assembleia Municipal à Estrada 125 e Recomendações;**-----

d)- **Proposta 24/2019- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Regulamento do Plano Pormenor na Modalidade Especifica de Plano de Intervenção no Espaço Rural do Parque de Campismo de Quarteira (PIERPCQ) - Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 90.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [Proposta da Câmara Municipal n.º 338-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

e)- **Proposta 25/2019- Deliberação relativa à Proposta à Assembleia Municipal para que Delibere Designar o Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei 202/2004 de 18 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 201/2005, de 24 de novembro, 159/2008, de 8 de agosto, 9/2009, de 9 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 81/2013, de 14 de junho, 167/2015, de 21 de agosto, 24/2018, de 11 de abril este Conselho tem um vogal autarca de freguesia, eleito em Assembleia Municipal; [Proposta da Câmara Municipal n.º 254-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

f)- **Apreciação da Informação** relativa a **Declarações sobre Pagamentos / Recebimentos em atraso e Compromissos Plurianuais**, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17/03; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 351-2019**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foram iniciados os trabalhos;-----

1-Intervenção do Público;-----

Não havendo inscrições e intervenções por parte do público o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte:-----

2- Aprovação de Atas;-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação as **Atas n.º 21/2018 (Sessão Extraordinária de 19 de Dezembro de 2018)**, e a **Ata n.º 1/2019 (Sessão Extraordinária de 25 de Janeiro de 2019)** -----

Em relação à **Ata n.º 21/2018 (Sessão Extraordinária de 19 de Dezembro de 2018)**, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que na sua intervenção da página 25, que teve a ver com a questão dos edifícios património, e que teve a ver com questão da Casa Memória do Eng.º Duarte Pacheco, este edifício onde se encontra a Assembleia Municipal, e na sua intervenção, quis referir que era interessante que se avaliasse aquele edifício que está ali na Av.ª José da Costa Mealha, e o termo é " ...e que eu provavelmente não terei dito, e que tem uma fachada interessantíssima com pedra, e que é uma referência do ponto de vista arquitetónico, e daí propôs que fosse avaliado o interesse e avaliasse o interesse dessa única edificação, que é uma moradia, que está ali e que cujo o exemplo de reconstrução em frente, e muito bem, que o Município aprovou, e o projeto mantem a fachada, apesar do edifício por trás ser novo, precisamente em frente ao edifício de que estava a falar na Av.ª José da Costa Mealha, e de facto esta foi uma omissão que não disse.-----

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia**, questionou o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, se a sua intervenção sobre a referida Ata tinha então a ver com uma omissão, que foi localizada, e que sendo assim, será incluída na Ata.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que não participou na Sessão desta Ata, mas quem participou, refere que houve uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

omissão e que terá que ser retificada, na página 20, da Ata n.º 21/2019, na intervenção da "...Senhora Deputada Helena Baião..."-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que apesar do Senhor Deputado Carlos Martins (BE), não ter referido, também há uma incorreção na página n.º 10 desta Ata, onde está "...a cidadã Helena Baião...", deverá constar "...a Deputada Helena Baião...", porque esta estava presente nesta Sessão na qualidade de Deputada.-----

Foram registadas todas as retificações a fazer à Ata n.º 21/2018, e não havendo mais nenhuma retificação, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à votação da mesma:-----

A Ata n.º 21/2018 (Sessão Extraordinária de 19 de Dezembro de 2018), foi aprovada.-----

Passou-se de seguida à Ata n.º 1/2019 (Sessão Extraordinária de 25 de Janeiro de 2019);-----

Relativamente a esta Ata, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que na sua intervenção descrita nas páginas 14 e 15, nomeadamente sobre uma questão levantada que tem a ver com os transportes urbanos, e os respetivos horários, como não se conseguiu exprimir, queria deixar ficar uma nota, de que a questão levantada foi a da ausência de horários noturnos, mas que existe efetivamente desde o verão de 2016, linhas de transportes urbanos em período noturno, nomeadamente até às 00h30, que é a linha branca, que faz o circuito de Quarteira/Vilamoura, e a linha verde.-----

Interveio o Senhor **Presidente da Assembleia**, dizendo ao Senhor Deputado Carlos Costa (PS), que se estava a verificar a Ata, e que só poderá constar na Ata o que o Senhor Deputado disse naquela Sessão, e não pode constar esclarecimentos sobre as suas intervenções.-----

Também sobre esta intervenção do Senhor Deputado Carlos Costa (PS), sobre esta Ata, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, questionando se esta intervenção era do Administrador da LC Global ou se era do Deputado Carlos Costa? Disse que não estava a perceber em que contexto surgia esta intervenção.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, referindo que fez a sua intervenção na qualidade de Deputado Municipal.-----

Seguidamente o Senhor **Presidente da Assembleia**, reforçou que deveriam ser enviadas previamente, pelos Senhores Deputados, antes das Sessões e das aprovações das Atas, as retificações que deverão ser incluídas nas mesmas, e assim deste modo, quando estas quando vierem para aprovação, já estarão em condições, evitando assim, este tipo de intervenções sobre os temas das Atas.---

Foram registadas todas as retificações a fazer à Ata n.º 1/2019, e não havendo mais nenhuma retificação, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à votação da mesma:-----

A Ata n.º 1/2019 (**Sessão Extraordinária de 25 de Janeiro de 2019**), foi aprovada.-----

Passou-se ao ponto seguinte:-----

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

Neste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que houve no passado dia 23 de Abril, uma Sessão da Assembleia Intermunicipal, e que desta Assembleia estiveram presentes, a Senhora Deputada Helena Baptista (PS) e o Senhor Deputado Calçada Correia (PS), e como tal se no final da sua intervenção pretenderem acrescentar alguma informação, deverão fazê-lo. Referiu que se tratou de uma Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal que se destina à aprovação das contas apresentadas pela AMAL, o Relatório de Atividades e a Aprovação de Contas, o que foi feito pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e depois houve um tema que na informação prestada pelo Presidente do Conselho da AMAL, que foi detalhado pela sua importância, e que tem a ver com os Transportes, primeiro que tudo a questão do Passe, do Alargamento à Região do Algarve, ou à Comunidade Intermunicipal do Algarve, da mesma filosofia que as áreas metropolitanas têm em relação aos Passes, sejam os Municipais, sejam os Intermunicipais, e como havia uma polémica, uma dúvida, sobre se isto era estendido a todo o País, e de facto é estendido a todo o País, e as Comunidades Intermunicipais que entenderem que devem ter um regime semelhante, devem-se candidatar, e foi o que fez a Comunidade Intermunicipal do Algarve, e neste momento, temos os Passes que já existiam e agora existe um Passe para toda a Região, o célebre Passe dos 40€ que dá para ir de Vila Real de Sto. António a Aljezur e volta, e existem os restantes Passes a um nível



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

geográfico mais restrito, e tal como fez na Assembleia Intermunicipal, gostaria de chamar a atenção de algo que é importante no tratamento desta matéria, isto foi essencialmente conduzido pelas Autarquias, começando pelas áreas metropolitanas, e depois ao nível de todo o País, e que é um trabalho bastante complexo e que exige uma grande capacidade de coordenação e capacidade de negociação com os vários operadores, e que demonstra a capacidade da Administração Local de realizar um trabalho desta importância. Foi também prestada a informação de que foi lançado um Concurso para a Concessão do Transporte Rodoviário no Algarve, e isso foi também conduzido pela AMAL, e está a avançar, e que abrange essencialmente o transporte intermunicipal, mas pode abranger os transportes dentro dos Municípios, se os Municípios assim o entenderem, é uma opção dos Municípios, que neste momento é o caso de Faro. Outra informação que quis prestar, foi a de um Seminário que vai ter lugar no dia 7, do qual distribuiu previamente um programa, assim como a legislação que enquadra a Comissão Independente para a Descentralização, que foi criada pela Assembleia da República, e cuja composição foi feita por despacho, pelo Presidente da Assembleia da República, após ouvidos os Grupos Parlamentares, e que tem um mandato para produzir um Relatório até ao final Julho, e até lá tem que fazer audições, haver um debate público, os membros da Comissão também têm que estudar a matéria, com base no que vão ouvindo ao longo do País por parte dos diversos intervenientes, referindo também, que há um conjunto de Seminários Regionais, e em Faro vai haver um no dia 7, no período da tarde, na CCDR Algarve.

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou ao ponto seguinte:-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia:-----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, que ainda sobre a reunião da AMAL, disse que gostaria de levantar um assunto, referindo que nessa reunião, foram aprovados os preços dos Passes, a serem aplicados no território algarvio, e a Distrital do PS Algarve, vem em comunicado, vangloriar-se do Passe de 40€, valor idêntico ao Passe das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, lembrando que este benefício tinha contado com o voto contra do PSD e CDS, de facto é verdade, mas a omissão dos parceiros da geringonça, é no mínimo uma deselegância, para não usar outro termo mais adequado, e este facto torna-se mais grave quando sabemos que alguns Presidentes PS de Municípios Algarvios, pretendiam Passes na ordem dos 90€ a 100€, veja-se a entrevista de Jorge Botelho, no jornal "Público", em resposta a Rogério Bacalhau, e sem a intervenção dura de Rogério Bacalhau do PSD, Presidente da Câmara de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Faro, exigindo as condições das citadas áreas metropolitanas, mais uma vez, o Algarve passava ao lado daquilo que de melhor se pratica no País. Dirigindo-se ao Senhor Presidente do Município de Loulé, Vítor Aleixo, questionou de que lado é que se encontrava da barricada? Apoiava a proposta do Presidente da AMAL, ou estava do lado da oposição à mesma? Isto é, apoiava a proposta do PS Faro?-----
Questionou também o Executivo, sobre o ponto de situação dos famosos estudos da Mobilidade do Algarve Central? Foi aprovada alguma coisa? Se foi não se dá por isso, ou no Algarve apenas se fazem estudos?-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dirigindo a sua intervenção ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que iria falar de questões que preocupam o PSD e à comunidade em geral, nomeadamente, pelo crescimento acentuado da nossa demografia municipal, e como um dia o Senhor Presidente citou "...temos capacidade de receber muita gente e temos condições atrativas para que o crescimento se faça de uma forma acentuada...", e esse crescimento efetivamente está a fazer-se sentir, de forma muito acentuada, e as questões que coloca são no sentido de saber, que medidas é que o Senhor Presidente da Câmara pretende e que estão em marcha para satisfazer estas necessidades acrescidas da comunidade em crescimento, que permite também um crescimento da economia local, e com mais pessoas faz-se mais economia, que medidas pensadas existem para as questões que se colocam relativamente ao problema dos serviços dirigidos à saúde? As Freguesias que mais crescem são as do litoral, onde há mais emprego, mais economia, mais movimento, e os Centros de Saúde de Quarteira e Almancil, nomeadamente o de Quarteira, que se mantem a funcionar até às 20 horas e com dificuldades extremas a nível de materiais dos funcionários, da capacidade de atendimento, dos médicos, enfim, daquilo que são as condições de dignidade para atender a comunidade, e na marcação de consultas, comparativamente com o resto do País, passaram de 1 mês em média, para 2 meses e meio a perto de 3 meses, e dificuldades que também acontecem com os Serviços da Segurança Social e das Finanças, que de facto não são da competência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas nas competências que são, como o caso das Creches, nos Serviços Pré-escolares, que o PSD repete exaustivamente, e que cresce diariamente, de uma forma mais rápida do que era expectável, o Município não reage atempadamente, a fim de garantir que a comunidade, a muito curto prazo, esteja servida, pois tal não se tem devido à falta de meios, à falta de dinheiro.-----
Por fim, referiu uma questão que viu na rede social, e que da qual não tinha conhecimento, que se foi a iniciativa do Senhor Presidente da Câmara tomar o pequeno almoço com Funcionários da Câmara, no Café Calcinha, que consiste numa ação de charme e de esclarecimento aos Funcionários, e questionou o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Presidente da Câmara se iria tomar mais vezes o pequeno almoço, com Funcionários noutras Freguesias? Ou se será só no Café Calcinha e não noutra do resto do Município?-----

Foi dada também a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, referindo que a sua intervenção terá duas partes, a 1.ª parte para dar a conhecer aos Senhores Deputados, das contas da Fundação António Aleixo, como representante legal desta Assembleia, que relativamente ao exercício de 2018, a Fundação continua no seu bom caminho, apesar dos lucros serem relativamente inferiores ao ano de 2017, mas que continua a prestar e a cumprir os estatutos, ou seja, prestar serviços sociais à comunidade, e que não se trata de uma Instituição qualquer, porque já movimenta cerca de 2 milhões de euros, e tem cerca de 100 colaboradores, trata-se de uma Entidade que em termos de emprego já tem uma importância fundamental na nossa região, e a gestão da Fundação, é uma gestão que não é remunerada, é de voluntários, e por isso agradeceu a todos, esperando que se mantenha assim, com uma solidez económica e financeira para o futuro, estando a ser gerida por uma perspectiva semi-empresarial, o que é muito importante, custos e proveitos, andarem ali na estaca do equilíbrio.-----

Na 2.ª parte da sua intervenção, questionou o Executivo sobre dois assuntos, começando por dizer que há cerca de 1 ano e meio, 2 anos, o Senhor Presidente da Câmara disse que entrou nos Serviços Camarários, um pedido de exploração da Mina de Ouro, que abrangia os Concelhos de Loulé (Ameixial) e Almodôvar, e como tal, gostaria de saber qual era o ponto de situação em termos ambientais, se avançou, não avançou, se desistiram, porque este tipo de minas provoca sempre impactos ambientais. Por último, falou da questão do Aeródromo de Loulé, questionando o Executivo também sobre o ponto de situação, se avança, ou não avança, como é que está esta situação.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, para complementar o que foi dito pelo Deputado Ricardo Lampreia (PSD), dizendo que os órgãos sociais da Fundação António Aleixo, dos quais também faz parte, tiveram o bom senso de recrutar novos membros, para permitir que nos próximos anos, haja uma Direção.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse que gostava de colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, sobre a Urbanização de Vale de Rãs e outras ali perto, não existe há algum tempo, uma quantidade apreciável de Placas Toponímicas, umas porque se partiram, outras foram retiradas porque tinham azulejos partidos e até hoje não foram repostos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2 anos depois, ainda não foram colocadas com os respetivos nomes das ruas, e como se compreende, esta ausência de informação causa transtorno, aos Residentes, aos Serviços Públicos e restantes Populações, como tal, perguntou de quem era a responsabilidade pela reparação e substituição das Placas Toponímicas, a Câmara Municipal ou a Freguesia de S. Clemente?-----
Referindo o Dia 1.º de Maio, disse que gostaria de aproveitar esta Sessão da Assembleia, para saudar o Dia 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, dizendo que no próximo dia 1 de Maio, assinala-se por todo o Mundo, os acontecimentos de 1886, no dia em que mais de 500.000 trabalhadores, saíram às Ruas de Chicago nos Estados Unidos, em manifestação pacífica, pela redução da jornada de trabalho diário para 8 horas, a polícia proibiu a manifestação, dispersando a concentração depois de ferir e matar dezenas de operários, e assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador, e em Portugal, neste dia 1.º de Maio de 2019, estamos num tempo novo de valorizar o trabalho, e quem trabalha, criar emprego digno, combater a precariedade e os baixos salários, e estamos no tempo de reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores, e a estagnação das carreiras em resultado das políticas não liberais, é também tempo de repor as condições de trabalho dignas e combater o trabalho precário e reconquistar direitos sociais e laborais, é tempo de dinamizar a contratação coletiva, e o Dia do Trabalhador, será assinalado, de formas de luta em muitos Países, por melhores salários e melhores condições de vida, de pensões dignas, e pelo fim da precariedade, enfrentando as políticas da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu, contra o Mundo do Trabalho. Viva o 1.º de Maio!-----

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que antes de responder às questões colocadas, começou por dizer que gostaria de prestar uma informação a todos, de que no dia seguinte, no Dia 1.º de Maio, será celebrado no nosso Concelho, como já é tradição, com uma Festa da Comunidade Cabo Verdiana, que celebra há 25 anos o Dia do Trabalhador, e que ao longo dos anos, esta Festa começou a agregar outras comunidades, e é um bom exemplo, Festa que começa com uma celebração religiosa que começará na Capela da Mãe Soberana por volta das 11 horas, e às 12h30 está prevista a inauguração de uma escultura, uma peça de arte, que será inaugurada na Av.ª Laginha Serafim, que tem o título de "Ponto de Encontro" de comunidades humanas, culturas e diversidade, seguindo-se o almoço e a Festa, onde se juntará o Senhor Presidente da República de Cabo Verde, juntamente com todos os Louletanos que quiserem participar, convidando igualmente todos os presentes para essa comemoração.-----

Respondendo às questões colocadas sobre a reunião na AMAL, disse que o que foi dito pelo Senhor Deputado, estava muito distorcido, explicando que o que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

passou na Assembleia Intermunicipal, é que de acordo com uma determinação do Governo da República e do Governo Central, a AMAL através do seu Presidente Jorge Botelho, fez todas as diligências para que o Algarve não ficasse à margem dessa medida social e importantíssima, que é os Algarvios poderem acederem, em condições economicamente muito vantajosas, para as pessoas que utilizam os transportes públicos, nas suas deslocações para o trabalho, poderem aceder a essas vantagens, foi feito um estudo, chegou-se a valores muito significativos, de redução desses Passes e foi feita uma proposta, na altura em que se discutia este assunto, o Autarca da Capital da Região, Rogério Bacalhau, disse que deveria de haver um plafond de 40€, porque há nas periferias alguns utilizadores de transportes públicos que pagavam muito mais do que 40€, e como tal, tudo deveria ser recalculado para que o teto máximo, para esse conjunto de utilizadores dos Passes Sociais, não ultrapassasse os 40€..-----

Respondendo ao Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), disse que não há Executivo como este, no que toca à defesa intransigente dos interesses na área da saúde das populações deste Concelho, não é, nem era uma competência direta da Autarquia, mas sempre tentámos suprir deficiências da Administração Central, e sempre que pudemos dar um passo em frente e ajudar a resolver problemas, este Executivo sempre esteve a cumprir o seu dever para com os seus cidadãos, referindo também que há mais médicos a trabalhar nos Centros de Saúde e que isso se pode provar facilmente, e que o Centro de Saúde de Loulé e Quarteira, de acordo com um projeto pioneiro que vai ser aplicado pela primeira vez em Portugal, serão Centros de Saúde ligados ao ensino da medicina, e monitorizados e orientados a partir da Faculdade de Medicina, da Universidade do Algarve, portanto, o projeto que estamos a fazer para a Unidade de Saúde Familiar para Loulé, tem já prevista a sua ligação, tal como o Centro de Saúde de Quarteira.

Quanto aos serviços à comunidade, creches, o Executivo também está a trabalhar nesta área, e este ano vamos inovar, e aquelas mães que trabalham na hotelaria, nas Freguesias de Quarteira e Almancil, que têm horários até à meia-noite, e que não têm com quem deixar os filhos, a Câmara Municipal de Loulé, vai abrir dois Centros, para acolher essas crianças, para facilitar a vida a essas mães, esta é também uma novidade, uma medida positiva para melhor servir as pessoas.-----

Sobre a comunidade escolar, disse que quando tomou posse em 2013, era política do Governo, fechar escolas, em primeiro lugar devido a critérios economicistas, e depois porque houve uma redução da população escolar, havia uma baixa da entrada de novos alunos nos primeiros anos do ensino básico, mas repentinamente, a situação mudou, e o Senhor Deputado do PSD, não pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

esperar que o Município reage a muito curto prazo, os projetos que o Executivo já está a tratar, e de localizar novos espaços para novos equipamentos escolares ao nível de escolas do ensino básico, quer para novos equipamentos para a infância ao nível das creches, e logo que isso aconteça, esta Assembleia será informada, e o Executivo está a trabalhar muito energicamente para resolver estes problemas atuais.-----

Em relação ao assunto do pequeno almoço com os Funcionários da Câmara Municipal, disse que uma das imagens de marca deste Executivo, é ter um novo relacionamento com os Funcionários, e a política do Executivo é prestigiar e valorizar o Estatuto do Funcionário Público, e como tal foram elencadas um conjunto de medidas.-----

Relativamente ao assunto do Aeródromo, disse que continua na mesa de trabalhos, e continuam-se a comprar terrenos, no entanto não é uma prioridade imediata, mas também não saiu do horizonte de trabalhos do Executivo.-----

Quanto às Placas Toponímicas, disse que é da competência da Junta de Freguesia de S. Clemente, mas há uma negociação que ainda não está concluída, relativamente à verba que é necessário transferir para a Junta de Freguesia, porque a verba que foi proposta a todas as Juntas de Freguesia, foi entendida como insuficiente, e assim que haja acordo entre todos sobre a verba necessária, as Juntas executarão esse trabalho.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, solicitando esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente à intervenção feita no Centro de Saúde de Quarteira, questionou se esta grande e notória dignidade, será feita nos contentores lá existentes, e não objeto de reformulação e investimento naquele espaço físico existente? Também a grande dignidade que atribui aos Funcionários Camarários também se irá ver na massa salarial que a Câmara paga, cujo salário mínimo são 630€? E por fim, sobre sinalética para a hotelaria no Município, que já se pratica em Vilamoura, que foi levada a cabo há uns anos atrás, será pertinente essa matéria, para facilitar aos turistas, encontrar as unidades hoteleiras, alguns pontos de interesse turístico, além da já existente?-----

Também pediu a palavra a Senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, dizendo que, quando se diz que há um forte aumento da população no Concelho de Loulé, pergunta em que estudo é que foi baseada esta afirmação? Porque não conhece nenhum censo recente, e dos dados que tem, e que são fidedignos, oficiais, dizem que no ano de 2017, houve 69.194 residentes no Concelho de Loulé, e que no ano de 2014, havia 69.211 residentes, portanto, tem-se verificado desde 2011, ano em foi feito o censo, um decréscimo na população, em relação a 2018 ainda não



RAS
RAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tem dados, nem sobre 2019, como tal, quando se diz que a população aumenta substancialmente, para si isso é uma frase vaga, e pouco concisa e pouco precisa.-

Relativamente à população escolar, disse que relativamente à totalidade da população escolar diurna no Concelho de Loulé, incluindo ensino secundário e todas as vertentes que existem de oferta formativa, profissionais, vocacionais, CEF's, etc., disse que no ano de 2014 havia 10.776 alunos, em 2017/2018, houve 11.013 alunos em todo o Concelho de Loulé, existe uma diferença de aumento ligeira, verificada em todos os níveis escolares e em todas as escolas, estes números servem para desmistificar este aumento de população, mas de facto, neste ano letivo em curso 2018/2019, é um ano atípico, porque tem a vinda de pessoas de fora, também há um projeto novo curricular, que eventualmente exige mais espaços de trabalho, contudo, a diferença do número de alunos nas redes públicas e privadas, entre os anos letivos de 2017/2018 e 2014/2015, aumentou o número de alunos no pré-escolar, no 1.º ciclo cerca de mais 132, no 3.º ciclo cerca de 121, e no 2.º ciclo diminuiu substancialmente, diminuiu nas vocacionais, diminuiu no secundário regular, diminuiu nos profissionais do secundário, e aumentou nos profissionais, isto para dizer, que a variação do número de alunos não é uniforme, e não se pode dizer que o número de alunos aumentou substancialmente, pode é haver necessidade de mais espaços novos, em relação ao ano de 2019, pode verificar-se de facto um aumento, mas deve ser sobretudo no pré-escolar e 1.º ciclo, porque no secundário o número de alunos tem diminuído, e estes dados são fidedignos porque são facultados pelas Direções das Escolas e cruzados com os do Direção Regional da Educação, como tal, ou estamos todos errados, ou a informação nacional está errada, solicitando ao Grupo Municipal do PSD a fonte dos dados a que se referem, para referirem o grande aumento do número de alunos no Concelho de Loulé.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, para esclarecer umas situações, principalmente sobre a Freguesia de Almancil, onde reside, relacionadas com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, e sobre a questão dos transportes públicos, disse que gostava de vir para o seu local de trabalho, que é em Loulé, de transportes públicos, em vez de trazer o seu carro, porque eles existem mas em horários com horas de intervalo, o que não é fácil de conciliar com os horários de trabalho, como tal, a medida dos Passes, não tem aplicabilidade quase nenhuma, porque no seu entender, primeiro há que criar infraestruturas e condições e depois sim, aplicar os descontos correspondentes aos Passes, e sobre a questão dos Passes, questionou o Executivo de quantos Passes Sociais existem no Concelho de Loulé? Porque não sabe, e como ele possivelmente muitas pessoas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Relativamente à questão, da Junta de Freguesia ir passar para as antigas instalações da GNR de Almancil, porque se tratam de instalações antigas, com poucas divisões, só se esta mudança for de carácter provisório, porque uma Junta de Freguesia condigna "não passa de cavalo para burro", porque a Junta de Freguesia de Almancil merece um tratamento mais condigno, por parte da Autarquia, e se faz a Autarquia fazer esta mudança com carácter definitivo, então estará a desprezar os Almancilenses, e o povo desta Freguesia merece mais, porque é trabalhador e honesto.-----

Também voltou a usar da palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, que sobre a intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre o que tinha dito acerca da reunião na AMAL, que não era bem como tinha dito o Deputado Fernando Santos, mas depois durante a intervenção acabou por confirmar tudo o que este tinha dito sobre o Autarca de Faro e da sua proposta de passar o Passe para um valor de 40€, e como tal, disse que ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara está de acordo com o que ele disse, e que está de acordo com a sua intervenção, porque de facto se não fosse a atitude daquele Autarca, que acabou bem, estava tudo muito mal.-----

O assunto seguinte que quis abordar, referiu-se à manutenção do equipamento que está junto ao segundo Bar de Apoio no Calçadão de Quarteira, se é a Câmara Municipal, ou se é à Junta de Freguesia de Quarteira, dizendo que há várias semanas, para não dizer meses, existem lá equipamentos com deficiências, que até não são de mau uso, todos os dias limpam aquele espaço, mas ninguém é capaz de corrigir/substituir aqueles dois equipamentos? Porque até às 17 horas do dia de hoje, a situação mantinha-se.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que sobre o assunto levantado pelo Grupo Municipal do PSD, do Aeródromo, disse que essa ideia surgiu na contratualização do processo de Vilamoura XXI, e que tinha como intenção retirar o Aeródromo de Vilamoura, do centro de Vilamoura, onde aquelas avionetas no verão, com aquelas grandes mangas, faziam a passagem sobre a Praia de Quarteira, e outras, o que em termos de segurança era indigno para o nosso litoral, e foi por aí que começou a questão de negociar o Aeródromo, e entretanto há já construções, que ainda não estão acabadas, mas que são do interesse regional, e têm que se fazer, e tem que ser um projeto de todos, do PS, do PSD, do BE.-----

Sobre a saúde, disse que gostava de colocar uma questão, que tem a ver com Laboratório Regional da Saúde Pública Dra. Laura Ayres, no Parque das Cidades, a de saber o ponto de situação desta estrutura, importantíssima para a saúde pública no Algarve.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, disse que se congratulava com a transmissão em direto das Sessões da Assembleia, contudo, disse que era necessário divulga-las, anunciá-las, para que os cidadãos saibam e passem a assistir em direto, e questionou o valor de cada Sessão em direto.-----

Sobre o tema de Cabo Verde, abordado pelo Senhor Presidente da Câmara, disse que começaram com um Executivo PS, e que todos os seguintes Executivos, têm contribuído para que continuassem.-----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que mais uma vez tem que intervir, porque após varias intervenções, parece que tudo se iniciou com os Executivos PS, mas disse que tem dito e que repete, de que o Senhor Presidente da Câmara, Vitor Aleixo, tenta branquear a sua incapacidade, em determinadas áreas, justificando com o passado, que no tempo do Governo de Passos Coelho, acabaram com as escolas, etc..., quando nesse tempo, em que era Presidente da Câmara de Loulé, construiu mais escolas do que este Executivo PS, ou qualquer outro anterior, mas disse que nem valia a pena ir por esse caminho, porque na realidade disse que o que gostava, era de ouvir o Senhor Presidente da Câmara, Vitor Aleixo, em vez de vir aqui fazer a apologia e a propaganda politica do Executivo, apresentasse projetos, ideias, e que provasse o que fez nestes últimos 6 anos, que não se veem, porque o que se vê, é apresentar projetos para o futuro, lançar ideias, que são pequenos remendos, e experiências, como esta sobre a saúde, projeto pioneiro nos Centros de Saúde de Loulé e Quarteira, mas na realidade, estamos fartos de projetos e ideias pioneiras, de comissões de estudo, e o que se pretende é obras, ideias concretizáveis em termos de desenvolvimento, no emprego, na saúde, na educação, e infelizmente aquilo que aqui é dito, lá fora não se sente, é precisamente o contrário do que dizem, porque as pessoas andam desmotivadas, porque estão fartas, vão aos Centros de Saúde e não são tratadas da forma que desejavam, e na realidade apesar do que o Governo diz, as pessoas não sentem melhorias nenhuma, e esta é a realidade, é o sentimento das pessoas, de familiares, amigos, e de todos nós que sentimos isto, porque neste momento, os Hospitais funcionam pior do que há 5/6 anos atrás, e como é que é possível vir para aqui dizer que as coisas estão melhores, e o que é que de substancial registou da intervenção do Senhor Presidente da Câmara? Foi o anúncio de pequenos acordos com o Governo Central, para algumas situações na área da saúde, é a fuga em frente, dando subsídios, que é uma especialidade, e também dando folgas aos Funcionários da Câmara, o que no seu entender até é um atentado à inteligência das pessoas, porque o que as pessoas querem é melhores condições de trabalho, mais dignidade para o seu trabalho, o reconhecimento público, dos cidadãos, pelo trabalho que desempenham, e a grande maioria dos trabalhadores, quer sentir que o que estão a fazer, está a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

valorizado, não quer dispensas no trabalho, nem subsídios, e é esta diferença na liderança, que marca a diferença, daquilo que foram os 12 anos do seu mandato, com estes últimos 6 anos que estão a decorrer, e vamos ver no futuro...porque é preciso um grande "estofa", para estar a ouvir nesta casa "inverdades", e "lavagens ao cérebro", daquilo que se passou anteriormente, mas apesar disso, disse que continuará a estar presente nas Sessões da Assembleia, até ao fim do mandato, porque o seu compromisso é com o povo, com os cidadãos que o elegeram, poucos, mas que merecem o seu respeito, e reforçou que, quando intervém, intervém neste sentido, de tentar repor a verdade!-----

Seguidamente, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que gostaria de falar de mais dois assuntos, e na matéria da construção de mais creches, infantários e salas de pré-primária, assim como na construção de habitação, e da saúde, continuamos a não pensar no futuro, porque faltam ideias ao Executivo, que prima pela ausência de planeamento, e ainda por cima apoia-se em más assessorias, porque o número de nascimentos em Portugal, atingiu o número mais elevado dos últimos sete anos, no 1.º trimestre de 2019, foram registados 21.341 recém-nascidos, disse que concordava com o pacto da Câmara em conciliar a vida dos Funcionários profissional com a vida familiar, mas gostaria também que esta conciliação fosse alargada a outros extratos que não são Funcionários da Câmara, porque parece que estamos a cultivar uma quinta para os Funcionários Públicos, e para os outros logo se vê, porque foi proposto nesta Assembleia, pelo Bloco de Esquerda, uma Recomendação, para ser atribuído um subsidio para a natalidade, e a Câmara PS rejeitou, e agora a Câmara vai dar ao Funcionários, um apoio de 300€/ano, a um bebé até aos 3 anos, referindo ainda que se calhar a Freguesia de Alte, dá mais dinheiro a um casal na mesma situação, do que a Câmara, que tem 80 milhões de euros no Banco. Referindo-se à ideia dos Funcionários tomarem o pequeno almoço com o Presidente da Câmara, era louvável, se ela fosse feita num ambiente restrito, isto é, não é no Café Calcinha que os Funcionários da Câmara, vão criticar de como é que está a ser gerida a CML, ou qual é a proposta que avança para os Departamentos, porque a ideia destes pequenos almoços, era para ser uma ideia de trabalho, ou seja, de ouvir os trabalhadores, de saber se sentem bem no seu local, se sentem apoio, do que é que faz falta, e isso não se faz num local público, no Café Calcinha, e depois a demagogia é tanta, que é de 3 em 3 meses, e de 5 trabalhadores sorteados, em 1.800 trabalhadores, até ao final do mandato, serão contemplados meia dúzia de trabalhadores, o que no seu entender, terá de ser revista a periodicidade, no mínimo para ser mensal, e o número de Funcionários deverá ser maior, e mais diversificado, por vários setores de atividade, e onde, e de forma, a que os Funcionários possam falar livremente, apesar de todos saberem que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Funcionários nunca podem falar livremente, porque têm que falar a voz do Presidente.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que o desconhecimento da Lei não isenta de responsabilidades, a pessoa que não a conhece, e o Senhor Presidente da Câmara não conhece a Lei, mas pelo menos devia conhecer, porque quando diz que não tem responsabilidades na área da saúde, disse que devia conhecer o Decreto-Lei n.º 28/2008, citando o artigo 7.º, n.º 1. alínea c), assim como o artigo 11.º, n.º 5, dizendo que estes artigos referem que o Senhor Presidente da Câmara tem responsabilidades na área da saúde, que poderá criar UCC's, se assim o desejar, mas é óbvio que o mais fácil é dizer que é tudo responsabilidade do Governo, a saúde é da ARS, as estradas são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, mas a verdade é que tem responsabilidades, perante quem o elegeu e perante os Grupos Municipais.-----

Para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados, foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que começou por falar da questão da saúde, abordada novamente pelo Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), e sobre a situação dos contentores no Centro de Saúde de Quarteira, disse que pelo menos a Câmara ainda colocou lá contentores, e o PSD quando tinha responsabilidades nem os contentores lá colocaram, e esta situação dos contentores, não pode ser definitiva, mas que para já resolve os problemas, porque o Centro de Saúde de Quarteira, apresentou uma candidatura a constituir-se uma Unidade de Saúde Familiar, e aqui em Loulé, também foi solicitado apoio à Câmara para poderem proporcionar às pessoas cuidados médicos, em regime de ambulatório, e a CML lá vai com as viaturas e ajuda, e a Junta de Freguesia de Quarteira, também ofereceu uma viatura ao Centro de Saúde de Quarteira, também para facilitar, como tal, sempre que os dirigentes das Unidades de Saúde se dirigem à Autarquia a solicitar apoio, a Câmara tem dado, e este não é um exemplo a encontrar pelo País fora, aqui em Loulé a Autarquia ajuda muito, indo além daquilo que são as responsabilidades da Câmara, e agora há uma nova Lei de transferência de novas competências, e pela primeira vez os Municípios Portugueses, vão receber competências na área da saúde, mas é uma coisa nova que vai começar agora ser implementada.-----

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD), sobre os transportes públicos, a Câmara já se reuniu com a Junta de Freguesia de Almancil e estamos a estudar um circuito de transporte público urbano, para aplicar na Junta de Freguesia que bem precisa, porque é uma Freguesia dispersa, porque a cidade de Loulé tem, a cidade de Quarteira também tem, e Almancil de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

facto ainda não tem, mas ainda este ano, a Freguesia de Almancil também vai ter sua rede de transportes públicos.-----

Sobre a questão dos Passes Sociais, disse que o Senhor Vice-Presidente é que irá responder a este assunto, porque acompanhou o estudo económico para a questão dos transportes públicos municipais.-----

Em relação ao assunto da passagem da Junta de Freguesia de Almancil para as instalações antigas da GNR, disse que de facto não servem, mas que a Junta de Freguesia iria passar para lá, provisoriamente, porque depois do Pavilhão Multiusos de Almancil, cujo concurso público está aberto, irão ser feitas, muito perto desse Pavilhão, novas instalações para a Junta de Freguesia de Almancil, que neste momento é a Freguesia que do ponto de vista demográfico, e pelo contributo que dá à economia deste Concelho, é uma Freguesia de 1.ª linha, de 1.ª grandeza, e tem que ter investimento público, à altura das suas necessidades.----

Respondendo ao Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), disse que se há políticos ao nível dos dois, e que respeitam as heranças, disse que fez sempre muita questão, não só de praticar, mas como de afirmar, porque não pertence à classe de políticos que quando chega ao poder, diz que tudo o que está para trás, não vale nada, porque essa é uma visão pequenina da política, e a política é uma atividade nobre, e todos devem ser responsáveis, e os bons projetos que vêm do passado devem ser continuados, mas não somos obrigados a assumir a herança que recebemos, por inteiro, e nunca irá passar uma borracha no passado e apagar tudo, e referiu que quando tomou posse no mandato anterior em 2013, encontrou gavetas vazias de projetos, pois foram muito poucos os que encontrou, ao contrário do que aconteceu em 2002 quando o Senhor Deputado tomou posse como Presidente da Câmara, encontrou muitos projetos deixados pelo Executivo ao qual Presidiu, e no Dia do Município, disse que iria prestar contas do seu trabalho, e nesse Dia convida todos a estarem presentes, porque irá fazer o ponto de situação de projetos e de obras, porque neste momento, também já há muitas obras em curso, no interior, na cidade de Loulé, em Quarteira, em Almancil, e comparativamente com o ano passado, o investimento de capital desta Câmara, já começou a subir, e já há uma subida significativa, e que se vai acentuar muito nos próximos anos.-----

De seguida foi dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente**, que sobre o assunto dos Passes, referiu que os Municípios são a Autoridade dos transportes, e que delegaram na AMAL a negociação de um contrato de concessão ao nível regional, a nível de transportes intermunicipais, e em 2020 poderá acontecer, continua ainda a ser reformulada, nomeadamente uma novidade que é a ligação de certos pontos de sede de Concelho, diretamente ao Aeroporto de Faro. E relativamente à responsabilidade da Empresa Municipal Loulé Concelho Global, relativamente



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aos transportes públicos de Loulé e Quarteira, no final de 2018 tinha ativos, mais de 3.000 Passes, sendo que esses Passes são desde os seniores, normais, sociais, e jovens, e que a partir de 1 de Janeiro de 2019, as crianças até aos 12 anos de idade, estão isentas de pagamento, nos Minibus que circulam na cidade. Referiu, que também se encontra em avaliação neste momento, por parte da AMAL, também a redução do valor dos Passes nestes transportes públicos urbanos dentro dos Concelhos, o valor dos Passes a 40€ era uma questão a nível regional de transportes, mas não incidia na parte de Concelhos, e agora também existe uma proposta para a redução do valor dos Passes a nível de Concelho e neste caso também o de Loulé, e que brevemente terá um desfecho.-----

Como última nota, disse que os incentivos dados pela Câmara aos Funcionários, não é nenhuma invenção do Município de Loulé, mas sim o adaptar à nossa realidade, um Programa do Governo, para todo o território português, para todos os Funcionários Públicos, que é o "Programa 3 em Linha", há aqui uma responsabilidade do ponto de vista daquilo que é o erário público, e daquilo que é o incentivo a todo este universo dos Funcionários Públicos, e 14 Câmaras Municipais do País, já alinharam neste "Programa 3 em Linha", e espera-se que muitos mais entrem neste Programa.-----

Terminadas todas as intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte:-----

6- Período da Ordem do Dia;-----

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

Sobre esta alínea, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que foi distribuída por todos os Senhores Deputados o documento com esta informação, que é constituído essencialmente por três partes, a primeira contém a descrição das atividades, uma segunda parte que tem a ver com a situação financeira, e a terceira parte que são relatórios das Empresas Municipais, e da Escola Profissional de Alte, e uma vez que o documento, relatório obrigatório em todas as 5 Sessões Ordinárias ao longo do ano, e que foi distribuído antes da Sessão, é dispensada a apresentação do mesmo, passando-se de imediato à discussão e debate sobre o mesmo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Intervio o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que começou por se congratular, com o nível de informação que está a ser prestada, em termos de relatório do Executivo, que é cada vez mais precisa e vasta. E sobre a informação financeira, disse que a performance deste 1.º trimestre é extraordinária, registando que os impostos diretos, crescem 27% em relação a igual período do ano passado, o que demonstra o quão acertada foi a política fiscal adotada pelo Município de Loulé há dois anos, e pelo facto do IMI também estar numa fase de recuperação e de crescimento.-----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou por dizer que em relação à atividade camarária, normalmente os Deputados Municipais esgotam as perguntas à Câmara, num tempo de devia de ser mais rápido e não aproveitam nesta alínea, que é um ponto explícito para questionarem a atividade prática e efetiva da Câmara, e em relação a este relatório, disse que o documento está bem elaborado, e completo na informação prestada, referindo que o BE partilha das preocupações do Executivo com o problema da água, consumos energéticos e no combate às alterações climáticas. Disse também que, errar é humano, e quando se reconhece um erro, nada melhor do que repará-lo, o que aconteceu, em parte, com a ciclovia de Quarteira.-----

Afirmou que o Bloco de Esquerda ficou agradado, por no dia 2 de Abril de 2019, ter sido finalmente realizada a escritura relativa à aquisição do loteamento da CLONA, no valor de 1 milhão e meio de euros, previsto para a construção.-----

Quanto à política financeira, disse que o Município continua numa ótima situação financeira, e os impostos diretos são os que contribuem mais para o orçamento camarário, que no 1.º trimestre alcançaram quase 7 milhões de euros, provenientes essencialmente do IMI, IMT e IUC, ou seja, mais 2 milhões de euros do que em igual período em 2018.-----

Em relação às despesas com o Pessoal, houve um aumento de quase 1 milhão de euros, perguntando ao Executivo, se tal se deveu à entrada de novos Funcionários? Pois gostaria de saber o porquê relativamente a este aumento.-----

As transferências de capital, aumentaram significativamente em relação a 2018, de 16.000 mil euros, para 1 milhão e 500 mil euros, este facto deveu-se à aquisição de imóveis e terrenos?-----

E por último, relativamente às disponibilidades orçamentais citadas, o Município apresentava cerca de 73,6 milhões de euros, no final de Março de 2019, e estas disponibilidades, são as atuais existências bancárias?-----

Foi também dada a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, que reforçou o pedido de informação feito na intervenção anterior, pelo Deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Carlos Martins (BE), sobre o aumento da despesa com o Pessoal, em mais de 1 milhão de euros, relativamente ao ano anterior.-----

Quanto à questão da fiscalidade e do IMI, referiu que o Senhor Deputado Calçada Correia (PS), não falou de tudo, escamoteou algumas coisas, porque as pessoas neste momento, apesar da taxa mínima permitida para as Autarquias, estão a pagar, valores mais altos de IMI, devido à valorização por m², que passou de 603€/m² para 615€/m², e à atualização dos coeficientes de localização, uma medida imposta pelo Governo Central, e esta é a verdade nua e crua, doa a quem doer, as pessoas estão a pagar mais IMI, o que é uma grande injustiça!-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, que quis apenas fazer uma chamada de atenção em relação à leitura dos dados do IMI, no período até 31 de Março de 2019, porque não houve recolha de IMI neste 1.º trimestre, portanto, este valor de IMI que aí está, será certamente de situações do passado, ou seja, regularizações, como tal não se devem tirar relações, há que ter em atenção o calendário fiscal.-----

Voltou a pedir novamente a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que de facto o Deputado Fernando Santos, tocou na questão de que em relação à tributação, este período até Março não reflete a mesma, e respondendo ao que disse o Deputado Ricardo Lampreia (PSD), referiu que daqui a uns meses terá toda a razão no que disse, mas neste momento em termos de análise da informação em análise, não tem, porque o que realmente irá onerar muito os IMI'S, será o fator de localização, que será determinante e terá um peso significativo nos valores de IMI.-----

Para esclarecer algumas questões colocadas pelos Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que começou por referir o que tinha dito há 1 ano atrás, que do ponto de vista, que é a leitura dos números num 1.º trimestre, claro que ficamos satisfeitos principalmente com a situação do IMI e do IMT, e que o Departamento de Administração e Finanças (DAF), da Câmara, continua a acompanhar muito de perto, o que é considerado um imposto volátil, à chamada atividade económica, que é o IMT, porque o IMT tem uma estrutura pesada no orçamento da Câmara, e representa cerca de 30% do orçamento camarário, já representou 10%, e como tal, é um imposto que acompanhamos permanentemente, e há uma coisa que influencia fortemente este imposto, é de facto aquilo que é a atividade económica, o PIB, e em 2017 e 2018, pela primeira vez no Município de Loulé, permanece inalterado, ou seja, é um imposto que em termos de arrecadação, tem uma estabilização, que tem a ver também com a estabilização



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do País. Outra influência é a variável desemprego, ou seja, estamos com níveis de emprego elevadíssimos, e como tal, também influencia, embora de uma forma menor, e por isso estas duas variáveis, fazem com que o IMT, no Concelho de Loulé, depende destas duas variáveis, que têm que ser acompanhadas e monitorizadas permanentemente, mês após mês, pelo que, neste 1.º trimestre, não se podem tirar ilações do que está a acontecer, da arrecadação de receita, mas ainda não está aqui patente, o que representa os coeficientes de localização, nem tem ainda a arrecadação do IMI.-----

Quanto ao valor com as despesas de Pessoal, disse que este aumento de 1 milhão de euros, é efetivamente um aumento, no final do ano de 2018 haviam de facto 1.712 Funcionários, ou seja, houve um crescimento de cerca de 100 Funcionários, em relação a 2017, e naturalmente isso tem implicações a nível das despesas com o Pessoal.-----

Sobre o loteamento da CLONA, disse que ainda não está aqui na chamada Aquisição de Bens e Capital, mas está mais abaixo, na chamada Dívida Orçamental de Curto Prazo, porque entrou aqui e é por isso que estão lá cerca de 7 milhões de euros, mas em Abril, já estará na rubrica devida.-----

Concluída esta apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal e Situação Financeira do Município, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

Pediu a palavra o Senhor **Vice-Presidente**, questionando se a Assembleia poderia discutir em conjunto, as propostas das alíneas b) e f), porque se tratam de matérias que estão ligadas.-----

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia**, propôs aos Senhores Deputados que assim fosse, caso não se verificasse oposição, o que de facto não se verificou, e após a concordância de todos, as referidas propostas foram discutidas em conjunto.-----

b)- Proposta 23/2019- Deliberação relativa à Apreciação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação, e à Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2018, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar os documentos de Prestação de Contas e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

[Proposta da Câmara Municipal n.º 569-2019];-----

f)- **Apreciação da Informação** relativa a **Declarações sobre Pagamentos / Recebimentos em atraso e Compromissos Plurianuais**, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17/03; [Proposta da Câmara Municipal n.º 351-2019];-----

Para apresentar as propostas, foi concedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, dizendo que em relação à prestação de contas de 2018, deu o primeiro sinal, que é um orçamento com uma execução de 108 milhões de euros, ele continua a ser fortemente impulsionado pelo IMT, com a sua estabilização a partir de 2017, com o crescimento do IMI em cerca de 1 milhão de euros, derivado ao fim das isenções, como foi falado no final do ano passado. Salientou, tal como foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, que de facto o nosso potencial de investimento, cresceu em relação a 2017 cerca de 34,5% e que se vai notar também em 2019, dizendo que estão em curso neste momento, 77 obras, no valor de 22 milhões de euros, também a partir de 2017, as receitas conseguiram aquele equilíbrio que se esperava, com o devido acompanhamento relativamente ao IMT, verificando-se uma diminuição de receita em relação ao IRS, e as receitas de capital que advêm fundamentalmente dos Fundos Comunitários.-----

Relativamente às despesas, referiu que era uma situação que já tinham previsto, que é a despesa relacionada com o pessoal, que tem um aumento em 2018, mas que em 2019 ainda será maior, relacionado com o aumento de funcionários que tem a ver com o aumento da atividade municipal, conforme o que já foi discutido no novo Regulamento da Organização Municipal dos Serviços, que tem também a ver com a descentralização de competências, e tudo isto justifica o aumento de pessoal e da despesa.-----

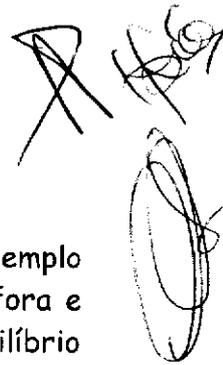
Quanto à dívida orçamental, disse que continua substancialmente controlada e a descer, como é referido e salientado no Parecer do Revisor Oficial de Contas, ou seja, é a descida do endividamento, e também dos vários investimentos em curso, que têm implicações, como é o caso da Escola D. Dinis, em Quarteira, que tem uma verba de execução de 6,4 milhões de euros, também o Passeio das Dunas, que tem uma verba de 2,8 milhões de euros, o abastecimento de água e esgotos em Clareanes, com uma verba de 2,4 milhões de euros, o Monte Seco, está a terminar a obra mas são 294.000 euros, assim como as obras do Palácio Gama Lobos, como do Comando Distrital do CDOS que estão a terminar e todas elas, cerca de 77 obras, que totalizam o valor de 22 milhões de euros.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, invocando impedimento legal na votação da alínea b).-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que relativamente à prestação de contas, pode constatar que a estrutura financeira do Município, está equilibrada e isso confirma-se pela análise do quadro da página 20, mas se atendermos, que a nível das receitas, entre o período de 2009 a 2013 foram arrecadados cerca de 504 milhões de euros, e entre o ano de 2014 a 2018 arrecadou-se cerca de 541 milhões de euros, isto significa um aumento de cerca de 6,9%, isto confirma que o IMI e o IMT estão em larga ascensão, e isto leva aos 108 milhões/ano de receita, e quando se olha para a receita corrente, no ano de 2013 era de 85 milhões de euros e em 2018 é de 106 milhões de euros, ou seja em 2018, teve um aumento de 19,57%, e isto para mostrar que todos devem ter a noção do dinheiro que jorra para dentro desta Câmara Municipal, e obviamente que este aumento vem dos impostos diretos, que tal como disse o Senhor Vice-Presidente, é a maior fonte de receita que existe no Município, e que neste momento, existe em Bancos um valor considerável de dinheiro, mas por outro lado, quando se olha para a despesa, e concretamente para a despesa de capital, comparativamente com a mesma análise de anos feita anteriormente, aos períodos de 2009 a 2013, e 2014 a 2018, constata-se que o valor da despesa de capital no 1.º período foi na ordem dos 181 milhões de euros, e no 2.º período a despesa de capital desceu para 134 milhões de euros, uma diferença de 25%, e quando se isola só a parte do investimento, e se faz a mesma comparação de períodos, verifica-se que entre 2009 e 2013 o PSD investiu cerca de 127 milhões de euros, e entre 2014 e 2018 o PS investiu apenas 76 milhões de euros, significa que investiu menos 40%, e isto faz-nos chegar à conclusão de que, não obstante, à fonte inesgotável de recursos financeiros que a Câmara tem tido nestes últimos 4 anos, não faz obras, apesar de ter também um equilíbrio financeiro, ainda não tem uma política de habitação para o Concelho, em termos de parque escolar, está deficitário, a rede viária é um caos, a saúde encontra-se debilitada, a cultura, ainda é um dos itens em que se pode enaltecer o trabalho do Senhor Presidente da Câmara, o saneamento básico encontra-se deficiente, limpeza pública igual, deficiente, na justiça, o Provedor Municipal nem foi criado, nos transportes outra calamidade, e sobre esta análise disse que, depois de 6 anos passados, de governação socialista neste Município, foram 6 anos perdidos, porque projetos, muitos, promessas igualmente muitas, obra inexistente, o que demonstra que o Senhor Presidente da Câmara, continua a viver no seu mundo, sem ouvir os munícipes, continua a prometer tudo, sem que nada se cumpra, e isto durante quanto tempo? Quanto tempo vai continuar a ser assim? Disse que, há pouco nesta Sessão, o Senhor Presidente da Câmara, afirmou que o PSD não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

deixou projetos nenhuns, mas isso não é verdade, deixou projetos como exemplo o da Circular Norte, o da Escola D. Dinis, que este Executivo PS deitou fora e pediu novos. Concluiu a sua intervenção dizendo que, apesar do grau de equilíbrio financeiro do Município, consta-se que temos o mais baixo investimento da história deste Município, e isto demonstra claramente, a ausência de visão, a ausência de estratégia que o Senhor Presidente da Câmara tem, para este Município, deixando um repto, que de facto tente deixar alguma marca da sua gestão e desta sua passagem, porque até ao momento, não deixou nada.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que em termos de investimentos, o Executivo com os enormes recursos à sua disposição, nomeadamente, 5/6 centenas de Funcionários a mais, cerca de 75 milhões de euros de disponibilidades nos Bancos, dezenas de milhões de euros em equipamentos informáticos, em 2018 aplicou-se a mesma verba, o mesmo montante, que em 2001! No seu entender, isto merece de facto alguma reflexão, e demonstra falta de capacidade de gestão no Município de Loulé. Em relação às transferências de terceiros, aqui o Município aplicou mais do que a média daria, ou seja 12,5 milhões de euros, contra 10,5 milhões de euros, e para terminar, referiu que no relatório de gestão, o Senhor Vice-Presidente apresenta comparações sobre o grau de realização, que são feitas ao longo de um período bastante alargado, esses números podem ter um objetivo político compreensível, mas não contribuem para o esclarecimento para quem não acompanha estes assuntos de forma mais assertiva, porque comparou uma realidade, caracterizada por uma reduzida ambição do mandato PS, com um período de ilusão que caracterizou o último mandato do PSD, e isto não conduz a nada, e dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente, disse-lhe que, ele sabe fazer francamente melhor.---

Seguidamente pediu a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, para referir que de facto o aumento de investimento é ainda bastante insuficiente, mas é um bom sinal, porque mostra que estamos numa tendência de evolução, ou seja, o investimento aumentou em 2018, e esperemos que agora em 2019 esta tendência se mantenha, face também aos projetos em curso.-----

Interveio também sobre este assunto o Senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, salientando que, nas contas de gerência da Câmara Municipal, há um fator positivo, de que a dívida tem uma tendência decrescente, o que é de salutar, apesar do crescimento ter sido modesto, e os investimentos podiam ter sido mais ambiciosos, e não foram, talvez estejam guardados para anos de eleições, e relembrando também números do passado, disse que quando tomou posse na Câmara de Loulé o Dr. Seruca Emídio, depois do Dr. Vitor Aleixo, havia uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

divida, só de juros, de cerca de 300 mil contos, às Águas do Algarve, isto para dizer, que o povo ainda tem memória, e como pertence ao povo, ainda se lembra bem, mas quanto aos projetos novos que o Senhor Presidente da Câmara falou, muitos herdou do PSD, mas alterou-os, para novos, dando o exemplo da Estrada para Vale do Lobo, onde no projeto do PSD haviam 4 faixas e agora o PS alterou para 2 faixas, a Circular de Loulé, entre outros, e que apesar de terem sido alterados pelo PS, ainda não foram executados durante estes últimos 6 anos.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que o Bloco de Esquerda aprovou o orçamento para o ano em que estamos em discussão, ciente de que continha boas propostas e obras importantes para este Concelho, e em 2018, o orçamento municipal sofreu 4 revisões, sendo a última a 19/12/2018, para termos uma ideia da imensidão de documentos, muitos deles técnicos, que são necessários de ler e analisar, para esta Sessão, o Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e os documentos de Prestação de Contas, contêm mais de 4.000 folhas, acrescentando ainda, o Relatório do Auditor de Contas, pois os Deputados Municipais não têm assessores, nem a Assembleia Municipal, mas após uma simples análise comparativa, entre o orçamento proposto e a realidade contida na prestação de contas de 2018, verificamos que nos prometeram o céu, e até agora ainda não saímos do purgatório. Disse também, que nesta Sessão, a Câmara deveria prestar contas, do trabalho realizado, das promessas efetuadas e não cumpridas, e explicar porque é imensas obras que estavam inscritas no orçamento de 2018, nem sequer saíram da gaveta.-----

Destacando o relatório de contas, as disponibilidades financeiras do Município de Loulé, em 31/12/2018, totalizam cerca de 81 milhões de euros, e transitam para 2019, o resultado líquido do exercício, 11,7 milhões de euros, e no ano económico de 2018, o total da receita atingiu os 108 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 3,7% em relação ao ano anterior, dependendo em grande parte da receita dos impostos diretos, provenientes do IMI, IMT e IUC, pois representam cerca de 63,3% da receita total, a venda de bens e serviços, apresenta somente 16,3% da receita, verifica-se ainda, uma ligeira redução ao nível das receitas municipais no montante de 4,25 milhões de euros, de que gostaríamos de saber a razão, e que o orçamento e as grandes opções do plano, finalizam o ano com uma taxa de execução de 78% , o que parece insuficiente, face às disponibilidades financeiras disponíveis, o aumento do investimento poderá ser um bom sinal, mas representa pouco mais do que 20% do total do orçamento, o Executivo diz que houve um controle das despesas, e que houve uma redução do nível de endividamento, em cerca de 5,5 milhões de euros, mas outra coisa também não era admissível, com tanto dinheiro em caixa, só deviam ter pago este dinheiro todo, e que o total das despesas correntes atingiram 80,4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

milhões de euros, mais 5,3 milhões de euros, do que em 2017, e também no final do ano de 2017, o número de Trabalhadores da Autarquia, ascendia a 1.712, e em 2018 houve um aumento de 176 Trabalhadores, um aumento de 11,5%, e que em 2019, estão em curso mais recrutamento de pessoal, e acresce ainda a este número, os Funcionários das Empresas Municipais, que terão todos de ser tidos em conta, e aos trabalhos por elas realizados. Em síntese, disse que para além das transferências de verbas para as Juntas de Freguesias, Empresas Municipais e Entidades Privadas, através de contratos-programa, com o setor associativo e instituições, houve trabalho na educação, embora notando-se uma ausência de planeamento, e na disponibilidade de salas de aula para o pré-primário, na cultura com a abertura ao público da Escola de Música, no edifício reabilitado Gama Lobos, parece ter sido a única obra em 2018, mas houve muitos eventos e animação, para todos os gostos e durante todo o ano, e na recuperação de património religioso, que parece ser outra obrigação do estado socialista deste Município, também na substituição do Governo, em obras da sua responsabilidade, no domínio da segurança, e que se não fossem estas obras, o Município estava parado, por fim, de referir que estão em curso, algumas e poucas obras de abastecimento de água e saneamento, no Monte Seco, que pelo relatório dá a impressão que estão concluídas, mas não estão, como as de Sta. Luzia, Clareanes, entre outras, mas que ainda falta muito para a sua conclusão, tendo ficado para trás, mais uma vez, a zona da EN 125, obras prometidas por diversas vezes, como vimos as disponibilidades financeiras são bastantes, a habitação, as infraestruturas básicas, o saneamento e a água, os equipamentos para a infância, creches, infantários e salas para pré-primário, e para os idosos, lares e centros de dia, ou casa de abrigo para os sem abrigo, continuam a ser, sistematicamente, adiados, e foi feito zero, nestes últimos 6 anos, um zero absoluto, falam muito, mas pouco fazem, e estas áreas sociais continuam a ser um parente pobre, de uma família tão rica, e só para frisar, em habitação, gastaram 283 mil euros, isto é menos dinheiro do que aquele que receberam das rendas da habitação. As Empresas Municipais, apresentam saldos positivos, mas depois mais adiante, verificamos que devem milhares de euros à Câmara, como tal questionou, onde é que se podem encontrar os relatórios das Infra's, com as dívidas ao Município? Mesmo com muito dinheiro, os resultados estão à vista, as promessas vão caindo umas atrás das outras, ficando cada vez mais adiadas no tempo e sem hipóteses de serem concretizadas durante este mandato, como a Circular de Loulé, a Estrada de Vale do Lobo. O saneamento da EN 125, a Escola de D. Dinis, a construção de habitações, lares, creches, etc.-----
Falando sobre a alínea f), disse que gostaria que fosse muito bem explicado a esta Assembleia Municipal, o que é que quer dizer a declaração que está neste Mapa das dívidas, sobre pagamentos e recebimentos em atraso, que está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

assinado pelo Senhor Diretor de Departamento Financeiro, onde consta deste Mapa enorme de dividas, muitas Entidades Privadas, e 3 Empresas Municipais, com as seguintes quantias em divida para com o Município, a Infralobo E.M., deve quase 1 milhão de euros, a Infraquinta E.M. deve 241 mil euros e a Inframoura E.M., deve 160 mil euros, o que é difícil de aceitar, e mais ainda de perceber, e em resumo, estas Empresas Municipais, cobram serviços, mas não pagam à Câmara, um belo negócio, e sempre lucrativo.-----

Para responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente**, que começou pelo último assunto abordado pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), sobre a questão dos pagamentos e recebimentos em atraso, disse que estas declarações, seguem aquilo que é a legislação, e como tal, estão assinadas pelo Diretor de Departamento que tem essas competências, e relativamente à matéria questionada, no caso das Empresas Municipais, há situações que transitam do passado e ainda precisam de ser resolvidas, especialmente no caso da Infralobo E.M., que tem a ver com a situação de abastecimento de água, e o mesmo se passa com a Infraquinta E.M., e a Inframoura E.M., que são situações também semelhantes. Sobre os outros casos que constam no Mapa, existem algumas Empresas Privadas, que ano após ano, têm esta situação em atraso, e são situações que vão ter que passar para outra via.--- Quanto ao Fundo de Apoio Municipal, disse que tinha a projeção dos 7 anos para o seu pagamento, mas por força do Orçamento de Estado para 2018, teve que ser antecipado esse valor, de uma forma mais drástica, e por isso é que aparece essa disparidade em relação ao que estava previsto.-----

Relativamente às questões, sobre o investimento neste mandato, comparativamente aos mandatos anteriores, disse que iria deixar este assunto para ser respondido pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

De forma a responder a algumas questões muito concretas, usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara**, que começando pela questão do Provedor do Município, disse que não sabe porque é que este assunto foi abordado no momento em que se discutem as contas do Município, porque instituir a figura do Provedor, que é necessário fazer, e que será a seu tempo instituída, não tem peso específico nesta questão da prestação de contas.-----

Sobre o que foi feito nos mandatos anteriores, disse que no seu primeiro mandato, que se iniciou no final de 2013 em plena crise económica, a prioridade foi pagar o PAEL, cuja divida era de 14,5 milhões de euros, e atender às situações sociais urgentes, das pessoas que estavam em situação de desemprego, com enormes dificuldades para pagar as suas rendas de casa, água cortada por falta de pagamento, que não tinham condições para manter os seus tratamentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

médicos, e estes foram os focos deste Executivo naquele mandato. E nestes últimos 2 anos, já neste mandato, a economia melhorou e rapidamente e começámos a ter outro tipo de problemas, quase de um dia para o outro, e agora são necessários mais projetos, mais meios humanos técnicos e com a situação financeira do Município estabilizada, começa a aparecer investimento.-----

Referindo-se concretamente ao projeto da Escola D. Dinis, em Quarteira, disse que mostra o projeto, diz quem foi o autor do projeto, para que o PSD não venha repetir que o projeto foi deixado pelo Executivo anterior do PSD, não foi, porque este projeto é todo novo, foi feito no mandato de 2013-2017, e que agora finalmente está em obra, e foi aberto outro concurso, que ainda não está em obra, que é o Pavilhão de Quarteira, um Pavilhão novo, mas cujo concurso está deserto, como acontece pelo País fora, porque são dezenas e dezenas de obras lançadas a concurso pelos Municípios do País, e que ficam desertos, porque não há capacidade produtiva no País, porque foi destruída pela crise económica, eliminando imensas empresas de construção civil, e estes são os factos.-----

Respondendo ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), disse que sim, que o Executivo está a investir na recuperação do património religioso, porque no exercício destas funções, têm que se abster das convicções religiosas, felizmente vivemos numa sociedade livre, em que cada um tem a religião que bem entende, mas o património é religioso, mas é património, e parte da nossa história, que herdámos, tem que ser recuperada, não se podem deixar cair as igrejas, os templos, não, porque alguns deles, como o caso da Igreja Matriz, é monumento nacional, e como Autarca deste Município, tem muito orgulho de estar a fazer um forte investimento na recuperação da Igreja Matriz, porque é um dos principais monumentos do nosso Concelho, e monumento nacional.-----

Sobre a questão da habitação, disse que é um assunto que está constantemente a ser chamado pela Oposição, e que o problema da habitação é mais um problema que é um bloqueio económico, e quanto ao diagnóstico, todos estamos de acordo, mas questionou a Oposição sobre, desde quando é que a habitação passou a ser um problema? Não foi há 5,7 ou 10 anos. Só começamos a ter perceção da procura extraordinária de habitação, há relativamente pouco tempo, talvez no máximo há 3 anos, e o Executivo percebeu que está aqui um problema, que tem que ser resolvido, com poderes e políticas públicas para a habitação, porque o mercado imobiliário, não ajudará em nada, e hoje os jovens têm muito menos acesso a crédito, a Banca alterou a sua política de crédito à habitação, há classe média empobrecida, por causa da crise que já não lhes gera rendimentos do seu trabalho que lhes permitam aceder à aquisição de casa própria, coisa que as gerações anteriores tiveram, e este Governo da Geringonça, é um Governo preocupado, e concebeu uma série de políticas novas para a habitação, e que o Executivo irá também aplicar no Município de Loulé, e em breve será apresentada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma "Estratégia Local de Habitação", como já o referiu diversas vezes, muito bem feita, e seremos dos primeiros Municípios a assinar com o INH, um contrato de execução, para atacar o problema da habitação.-----

Quanto à questão do saneamento básico na EN 125, disse que o Executivo tem levado imenso tempo em diálogo com o Governo, só que as coisas não aparecem feitas de um dia para o outro, e existem projetos novos de acordo com outros conceitos, diferentes dos do PSD.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que gostaria de fazer algumas considerações, e começou por dizer que este Executivo terá que olhar para o futuro e para as redes viárias, e ver que serão ferramentas necessárias para a mobilidade, e para o desenvolvimento económico das empresas, porque neste momento estão com uma visão curta, e falando sobre a questão do investimento, referiu que as comparações apresentadas pelo Senhor Vice-Presidente, no preâmbulo, não fazem sentido.-----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que conta sempre as mesmas versões das histórias, que fazem parte do seu mundo, e não do real, e não houve a Oposição, e sobre a questão PAEL, disse que o PAEL não levou 4 anos a ser pago, como tentou passar essa ideia, porque basta olhar para os números para ver isso, aliás logo no início do mandato de 2013-2017, havia dinheiro em caixa para pagar o PAEL logo no 2.º ano, basta ver o saldo de gerência, em que havia 13 milhões em caixa e devia-se 8 milhões de dívida do PAEL, mas o Executivo não o fez.-----

E sobre o assunto da habitação, disse que era óbvio que a Oposição está sempre a falar, porque é algo que é premente e necessário para o Município de Loulé, porque as pessoas não conseguem vir trabalhar para o Município, porque não conseguem habitação, nem para arrendamento, nem para compra, e isso leva a um retrocesso na economia do Município, sendo a habitação um dos fatores mais impeditivos da dinamização económica do Município, e o Senhor Presidente da Câmara não consegue ver isso? Não consegue medir as consequências da ausência de um Plano de Habitação?-----

Por fim, deixou uma breve nota dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que constantemente refere que a culpa é do PSD, que deu cabo do País com as políticas de austeridade, mas referiu para lhe lembrar da verdade, volta a apresentar-lhe o Memorando de Entendimento, assinado pelo Engenheiro José Sócrates, referindo alguns pontos que constam do mesmo, para lhe reavivar a memória, porque o Senhor Presidente tem uma memória muito seletiva, lendo nomeadamente na página 5, o seguinte "...racionalização da despesa, racionalização do setor da educação e da rede de escolas,..." na página 16, reduzir o número de serviços centralizados, e desconcentrados a nível de Ministérios,...rever e aumentar as taxas moderadoras no SNS, reduzir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

substancialmente as execuções fiscais relativas a encargos com a saúde,...despedimentos individuais por inadaptação, despedimentos individuais associados à estação do posto de trabalho...", e muito mais, e isto tudo foi criado antes do Executivo PSD, mas sim Executivo PS, pelo Senhor Engenheiro José Sócrates, que levou o País à Banca Rota em 2013 e que obrigou o Executivo PSD, que lhe sucedeu, a assinar aquilo que é o mais vergonhoso dos últimos 10 anos, e esta é que é a verdade nua e crua, portanto não deve incutir as culpas de que quem levou o País à Banca Rota foi o PSD, porque isso foi feito antes, por aquele Senhor que pertence ao PS, e se chama José Sócrates!-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que relativamente às respostas dadas pelo Senhor Vice-Presidente às suas questões, disse que é engraçado que em relação aos 2,8 milhões de euros, de pagamentos em atraso, esperava que dissesse que havia um calendário de obrigações de pagamentos ao longo do ano, mas não houve, e é engraçado também, que não disse onde é que se podia consultar, nos relatórios das Empresas Municipais, onde estão as dívidas para com a Câmara Municipal, e outra coisa que dá para rir, é pensar que temos a melhor ou uma das melhores redes viárias do País, e em relação à rede de saneamento, o que perguntou, foi em relação às obras inscritas no orçamento, não falou de tudo o que falta fazer no saneamento, e o Senhor Vice-Presidente respondeu de outra forma.-----

Sobre o que disse o Senhor Presidente da Câmara, referiu que não é contra as Igrejas, nem a liberdade religiosa, é contra é à prioridade que o Senhor Presidente da Câmara dá às obras de reparação das Igrejas, que não dá às outras áreas de atividade, porque gasta 1 milhão de euros a reparar Igrejas, sim é contra isso, porque nem sequer 500.000 euros gasta em habitação, ou numa creche, ou num lar, o que faz uma diferença muito grande. E relativamente à questão da habitação, disse que só se fez habitação social neste Concelho, praticamente à custa do movimento cooperativo.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que a última intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi o reconhecimento total da sua incapacidade a tentar justificar a sua incapacidade em realizar, e dar respostas às necessidades do Concelho, pois tenta justificar o que é injustificável, porque por um lado, disse que não havia nenhuns projetos deixados pelo PSD, mas por outro disse que tinha muitos projetos aos quais deu continuidade, e entra em contradição na sua intervenção, mas também é interessante, é que ao tentar justificar a sua incapacidade, volta-se para a Bancada do PSD, quando efetivamente nem foi a Bancada do PSD, que mais o atacou nessa área da sua incapacidade, foi o Bloco de Esquerda, e se fosse só o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

PSD a fazê-lo, o Senhor Presidente ainda poderia ter essa preocupação, e tentar mostrar que poderíamos ter responsabilidades anteriores, mas não é, é que de facto, os ataques mais violentos, vêm precisamente neste momento do BE, e isto é sintomático de que alguma coisa vai mal neste Concelho, relativamente ao papel deste Executivo, e a questão da habitação, começou com vários Executivos, no tempo do Senhor Presidente José Cavaco do PSD, que fez os Bairros Excar, no tempo do Senhor Presidente Joaquim Vairinhos do PS, em que foi iniciada a reabilitação do Bairro dos Pescadores em Quarteira, e do seu tempo também, quando foi Presidente pelo PSD, e não foi com o Presidente Vitor Aleixo, que só apareceu a crise, a necessidade e a problemática da habitação, que tenta justificar, e que pensa e tenta minorizar o trabalhos dos anteriores Presidentes de Câmara, e disse que de facto tem outra visão quanto às obras essenciais para o Concelho, e que as pessoas que têm que se deslocar diariamente para Faro, passam por um martírio, a saída de Loulé, e na zona da Alfarrobeira, enfim Loulé vê-se com um atrofiamiento para o seu desenvolvimento, e o Executivo PSD que liderou, fez um estudo, e um projeto de 4 faixas de ligação até ao IKEA, e ao Mar Shopping, porque achámos que era fundamental que Loulé tivesse uma via de acesso rápida, aquela zona, ao Aeroporto, ao Hospital e à capital de Faro, e é bom de ver, que se o Executivo PSD, não tivesse feito as 4 faixas até às Duas Sentinelas, como seria, e faz sentido que a partir daí sejam só 2 faixas? Porque tal como na situação anterior da saída de Loulé para Faro, o trânsito estrangula-se, e como é que alteram o projeto do PSD, e vão fazer só 2 faixas na Circular Norte de Loulé? Se a maior parte já está feita com 4 faixas? São coisas que não fazem sentido, mas o Senhor Presidente Vitor Aleixo, ficará cá para assumir as responsabilidades destas obras de 2 faixas, e ficará conhecido precisamente por essa falta de visão estratégica, para o desenvolvimento do Concelho de Loulé.----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, que relativamente à questão do saneamento básico, disse que realmente é deficiente e é um parente pobre deste Executivo, dando o exemplo da Freguesia de Boliqueime não tem obra nenhuma em execução, é uma das mais desprotegidas nesta matéria, para não falar em localidades próximas como Vale Telheiro, Sobradinho, etc.-----

É sobre uma questão colocada pelo Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), que não foi respondida, gostaria que fosse respondida, sobre o custo da transmissão em direto de cada Sessão desta Assembleia.-----

Quanto a esta última questão, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que poderia responder, e que o custo de cada transmissão é de 600€ + IVA, dizendo que foi feito um Contrato de 6 Sessões, que foi presente à Comissão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Permanente, e ao fim dessas 6 transmissões é feita uma avaliação para a sua continuidade ou não.-----

Por último, interveio o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dizendo que gostaria de relembrar alguns aspetos, a questão dos números que baseiam a noção de investimento, nomeadamente na questão do ensino, disse que no Algarve nasceram cerca de 3.800 crianças, em 2018 e só na Freguesia de Quarteira, nasceram 500 crianças, logicamente que a Senhora Deputada Helena Baptista (PS), está muito mal informada sobre o crescimento da população, nas Freguesias de Loulé em 2018 e 2019, e a ajuda de dados empíricos não a ajuda e leva a que tenha uma noção errada e desfasada da necessidade de investimento na área da educação.-----

E em relação à descarbonização e à ciclovias de Quarteira, muito falada ultimamente, teve uma consequência contrária, porque aumento o consumo de carbono, porque agora, a mesma distância de 1000 metros, que se faziam em 2/3 minutos, agora faz-se em 15/20 minutos, porque o pára-arranca, aumento o consumo e as emissões de carbono, esta medida veio prejudicar aquela comunidade, aquela população, como tal, pediu que o projeto fosse mudado.-----

Para responder a algumas questões colocadas de natureza financeira, foi concedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente**, dizendo que Câmara não desconsidera a Assembleia Municipal, e para além do Contrato para as transmissões das Sessões em direto, foi assinado outro Contrato, no valor de 18.287€, para a chamada desmaterialização das Sessões da Assembleia, que tem a ver com a questão da contagem de tempos.-----

Quanto à questão da habitação, aparece nestes Quadros, não refletindo o que é uma política do Município, que é a aquisição de terrenos, aquisição de imóveis, e o que vem aqui é a estrutura da habitação propriamente dita, ou seja, tudo aquilo que foi aquisição nestas duas áreas, não estão refletidas aqui, porque ainda não têm execução financeira, aquilo que é habitação que está a ser iniciada neste momento em Salir, e também não estão os lotes da CLONA. Referiu ainda que, a realidade em termos de habitação atualmente é diferente, não se trata de construir habitação social, mas habitação a custos controlados, que têm a ver com os custos de vida e custos de aquisição, trata-se de Estratégia definida por este Executivo, como prioritária, porque há uma realidade recente, que são salários baixos, e o custo das habitações, que no Algarve, e em Loulé, ainda é mais agravado pelo custo por m², pelo que, este Plano de Estratégia Local de Habitação tem que ser apresentado de uma forma coerente, e por isso está a demorar um pouco mais de tempo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Terminadas as intervenções sobre este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à votação da proposta:-----

b)- **Proposta 23/2019- Deliberação relativa à Apreciação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação, e à Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2018**, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar os documentos de Prestação de Contas e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: [Proposta da Câmara Municipal n.º 569-2019];, foi votada e aprovada por maioria, com 25 votos a favor (24 PS e 1 Independente), e 11 abstenções (9 PSD, 1 CDS e 1 BE). -----

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

c)- **Proposta 21/2019- Informação sobre a Visita de uma Delegação da Assembleia Municipal à Estrada 125 e Recomendações**;-----

Sobre esta proposta, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que foi feita uma Informação em que tomou em conta algumas sugestões que lhe foram feitas e onde acrescentou alguma informação, que foi considerada importante, nomeadamente aquela que diz respeito ao facto da Visita não ter sido acompanhada por representantes da Concessionária e da Subconcessionária, neste caso, as Infraestruturas de Portugal e as Rotas do Algarve e Litoral, que foram convidadas mas que apresentaram razões internas para não poderem estar presentes. O fundamental e em termos funcionais, era não deixar ficar em claro, o conhecimento de algumas situações consideradas graves, e por outro lado, aproveitar um Relatório que já tinha sido feito há 1 ano e solicitar à Câmara que complete esse Relatório, em termos atuais, para ter o mesmo seguimento que teve o anterior, que foi ser entregue ao Governo, às Infraestruturas de Portugal, que retificaram na altura algumas situações. Referiu ainda, que não se trata de uma Deliberação da Assembleia Municipal, mas sim de dar conhecimento a todos os Senhores Deputados desta Informação sobre a Visita à EN 125, acompanhada também pelo Senhor Vereador Abílio Sousa.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a Bancada do PSD queria enaltecer o Senhor Presidente da Assembleia, pela medida



R. J. G.
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

promovida, porque se trata de uma Estrada muito movimentada, com centenas de camiões que a utilizam diariamente, assim turistas que nos visitam, e porque a qualidade da EN 125 não é a melhor, e nesta visita descobriram-se situações e anomalias que passariam despercebidas, e demonstra que ainda há muita coisa que tem de ser feita, sem sabermos a quem atribuir responsabilidades, e talvez aqui o Município de Loulé, que se tem substituído, noutras situações, ao Governo Central, talvez aqui fosse importante que também o fizesse, nomeadamente na área do Troto, a falta de iluminações em vários locais é notória, trajetos intransitáveis em Almancil, estado caótico de alguns troços, entre outras, porque isto tem influência nas populações, nas empresas e nos turistas que nos visitam.--

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que a EN 125 atravessa uma parte importante deste Concelho, no sentido transversal, e constitui praticamente a separação natural da fronteira entre o barrocal e o litoral, e abrange 5 Freguesias. É certo que este traçado sofreu obras de reabilitação, obras até bastante polémicas, não aceites pelos Autarcas e pelas Freguesias, e populações em geral, e os constrangimentos verificados são imensos, aliás relatados detalhadamente pelos Senhores Presidentes das Juntas, e a noção com que ficámos é que a Estrada e faixa de proteção concessionadas pelo Estado, onde o Município não tem poderes de intervenção, resultando numa "terra de ninguém", onde a desculpa é a maneira mais fácil para não resolver os problemas dos moradores locais, e de todos os que diariamente transitam e percorrem aquela "rua", porque de "estrada" tem muito pouco. O Relatório do Senhor Presidente da Assembleia, traduz a realidade atual e factual, daquilo que vimos e das reclamações apresentadas pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesias. Estamos solidários com as conclusões e recomendações apresentadas no Relatório, que deverão ser encaminhadas a quem de direito tem responsabilidades, Estado, Subconcessionária e Município, que juntos têm que encontrar soluções para bem das populações.--

Pediu também a palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que a Câmara tem acompanhado esta situação, muito de perto, que tem procurado e tem conseguido fazer reuniões com a Tutela, porque é uma Estrada Nacional que tem ali uma subconcessão feita, a uma Empresa, e que neste momento há Diferendo, relativamente a uma alteração contratual entre as Infraestruturas de Portugal e a RAL, que se arrasta há anos, e estamos perante um imbróglio jurídico que está para decisão no Tribunal de Contas e que dificulta muito, encontrar uma solução, e devido a esta situação, as Infraestruturas de Portugal, não podem entregar à Câmara, nomeadamente a Estrada entre Vila Sol e as Pereiras, que passa junto ao AquaShow, que se encontra num estado lamentável, mas Câmara continua a tentar



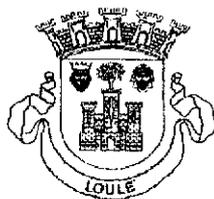
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

resolver este problema, assim como o problema dos esgotos ao longo da EN 125, entre Boliqueime e Vale Judeu, estas obras de facto não são feitas, não é por falta de projetos, nem por falta de dinheiro da Câmara, mas simplesmente porque a Câmara Municipal de Loulé não pode fazer, está impedida de o fazer.-----

Seguidamente o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que este ponto estava concluído, que o Relatório será anexo à ata, e fez referência a uma informação adicional para quem tivesse interesse, de que estes Contratos de Concessão da EN 125 estavam acessíveis, não nas Infraestruturas de Portugal, que não os tornam públicos, mas numa Unidade do Ministério das Finanças, que é a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, que é a UTAP, e para lá se chegar é através do site www.utap.pt, aí encontram os documentos todos.-----

Chegada ao fim da hora regulamentar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que os dois pontos seguintes, de deliberação, transitavam para a Sessão seguinte da Assembleia Municipal. Assim sendo foi dada por terminada esta Sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: Adriano Louçã
A 1ª SECRETÁRIA: [Assinatura]
A 2ª SECRETÁRIA: [Assinatura]

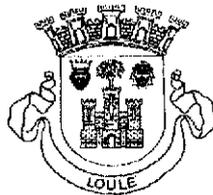


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

RELATÓRIO—SÍNTESE DA VISITA DA DELEGAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL À EN 125

(Versão da responsabilidade do Presidente da Assembleia Municipal para apresentação e discussão na sessão extraordinária de 5 de Abril de 2019)

1. Na sequência do acordado na Comissão Permanente da Assembleia, decorreu uma visita à EN 125 no passado dia 19 de Março de 2019.
A delegação da AM foi constituída pela Comissão Permanente (mesa da Assembleia e representantes dos quatro grupos municipais) e pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de Almancil, S. Clemente, S. Sebastião, Quarteira e Boliqueime. Acompanharam a delegação o Vereador Abílio Sousa e o Chefe de Divisão da Rede Viária, Trânsito e Segurança Rodoviária.
2. A visita iniciou-se no limite nascente do concelho, em Vale da Venda e terminou no limite poente, na Patã de Cima.
3. As situações anómalas foram na maior parte listadas em memorandos distribuídos previamente pelos Presidentes das Juntas de Freguesia, e que serão disponibilizados como anexo a este relatório. Os principais problemas detectados e verificados no terreno foram, em síntese, os seguintes:
 - a) Nó de vale da Venda sem iluminação, o que constitui um risco para a segurança e o conforto visual dos utentes da via.
 - b) Zona do Troto com piso em mau estado e outras anomalias, fruto das incongruências de gestão do concessionário e do subconcessionário.
 - c) Nó de acesso à vila de Almancil sem iluminação, com os riscos inerentes, e a falta de dignidade na entrada da vila.
 - d) Necessidade de melhorar a segurança rodoviária da variante norte de Almancil, onde têm ocorrido graves acidentes.
 - e) Em toda a extensão da via na freguesia de Almancil é notória a falta ou deficiência da sinalização (horizontal e vertical), falta de abrigos para contentores de resíduos domésticos e bermas por desmatar e limpar.
 - f) As bermas da estrada encontram-se também com piso degradado, originando crateras, que nos períodos de chuva se transformam em poças de água e lama.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

- g) Nesta zona e ao longo do restante percurso da via é manifesto a negligência na reabilitação e mesmo reposição de abrigos nas paragens dos transportes públicos.
- h) Na zona entre as Quatro Estradas e a Patã, com grande densidade populacional junto da via (freguesias de S. Clemente, S. Sebastião, Quarteira e Boliqeime) continua a deficiência na limpeza e manutenção de rotundas, bermas e valetas. Também de assinalar a inexistência de iluminação na maior parte das rotundas.
- i) Existem ao longo da via grandes limitações à mobilidade das pessoas. A necessidade de travessia para a deposição dos resíduos nos respectivos contentores poderia ser mitigada com a existência desse tipo de recipientes em ambos os lados da via, o que não ocorre.
- j) Na Fonte de Boliqeime ainda não foi construída a prometida réplica da fonte, tal como acordado entre a IP, a RAL e a Câmara Municipal.
- k) Neste troço da via agravam-se os problemas com a drenagem deficiente das águas pluviais.
- l) Verificou-se algum progresso na construção das redes de água e esgoto ao longo da via, nomeadamente na zona de Benfarras, mas não existe um programa estabilizado com prazos.

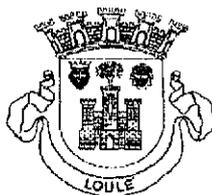
4. Conclusões e recomendações

A história recente da EN 125 é um caso paradigmático, que demonstra o falhanço do modelo de gestão das infraestruturas rodoviárias. O Estado, através de sucessivos governos, criou uma teia de concessões e subconcessões de tal forma que não se sabe quem é o responsável pela gestão e manutenção da EN 125. Tem sido também evidente a incapacidade da Câmara Municipal de Loulé, como gestora do território, de assumir com eficácia a protecção dos direitos dos munícipes ao longo da via. A situação de indefinição na gestão da EN 125 tem servido como alibi para a desculpa do não cumprimento das obrigações que cabem por lei às várias entidades oficiais com intervenção nesta via e áreas limítrofes.

Apesar do arrastar destes problemas de descoordenação não é visível o esforço adequado de entendimento entre a tutela governamental deste sector e a Câmara Municipal de Loulé.

Urge, por isso, alterar os procedimentos e o esforço de mobilização das vontades política e técnica.

Nestes termos, recomenda-se um empenhamento dos Órgãos Autárquicos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) para as seguintes iniciativas:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

- 4.1. Fazer um levantamento urgente e actual das principais deficiências das condições de circulação na via (piso, bermas, sinalização, iluminação, drenagens, etc.). O último conhecido desta Assembleia foi o que ocorreu precisamente por iniciativa da mesma, o que levou a um relatório elaborado pela Câmara e entregue, há largos meses, ao Secretário de Estado das Infraestruturas. Desconhece-se o tratamento dado ao mesmo.
- 4.2. Estabelecer um cronograma credível para a execução dos projectos que permitam levar água e esgotos a residências e empresas ao longo da EN 125, tal como foi prometido em Setembro de 2017 (a data limite de conclusão das infraestruturas para permitir as ligações dos respectivos ramais foi Dezembro de 2019).
- 4.3. Estabelecer um programa de salvaguarda da segurança das pessoas que transitam ao longo da via, ou que a tenham de atravessar, considerando o estudo e concretização das medidas adequadas para o efeito (a maior parte delas já referidas atrás).
- 4.4. Estabelecer com as Infraestruturas de Portugal um protocolo de execução do memorial da Fonte de Boliqeime, tal como já acordado.
- 4.5. Rever o sistema de drenagem de águas pluviais ao logo da via para prevenir o risco de inundações.
- 4.6. Avaliar a necessidade de transferir para o domínio municipal o troço da EN 270 que liga a EN 125, na Fonte de Boliqeime, à A22, tendo em conta a degradação do estado da mesma (piso, bermas e sinalização) com as conseqüentes situações de risco para a segurança rodoviária (veículos e peões).

Loulé, 29 de Março de 2019

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé

Adriano Lopes Gomes Pimpão

